

O Desemprego é Inevitável?

José Alvaro Cardoso*

O desemprego foi alçado à condição de principal problema da sociedade brasileira, especialmente a partir dos últimos 3 ou 4 anos. Isto não ocorre por acaso, mas porque efetivamente as taxas de desemprego aumentaram muito no período, para os diversos segmentos da população economicamente ativa e em todas as regiões do país. Entretanto, esta é apenas uma manifestação, talvez a mais visível, de um processo mais amplo de radicais transformações no mercado de trabalho, que tem levado, além do aumento do desemprego, à precarização das condições de trabalho, à exclusão social, à segmentação do mercado de trabalho e à perda de força na representação sindical dos trabalhadores.

Mas, caberia indagar, porque isto acontece? Este conjunto de problemas que os trabalhadores enfrentam decorrem de 4 processos paralelos e, ao mesmo tempo, profundamente interligados: a reestruturação produtiva; a globalização; o desmonte do Estado; e a opção de política macroeconômica, feita pelo governo para combater a inflação.

A reestruturação produtiva é fruto da emergência de uma nova forma de produzir mercadorias, a acumulação flexível, baseada no modelo japonês. As linhas de montagem rígidas da produção taylorista/fordista dão lugar a empresas flexíveis, capazes de rapidamente adequar a produção às oscilações da demanda. Operários que antes faziam alguns repetidos movimentos tornam-se multifuncionais.

As relações de trabalho tornam-se mais flexíveis com a incorporação de trabalhadores nos momentos de expansão e sua expulsão nos momentos de baixa (trabalhadores terceiros, part-time etc.). Ao mesmo tempo as empresas desverticalizam, passando a focalizar mais sua produção. Todo este processo, que se inicia com o esgotamento do taylorismo/fordismo ao final dos anos 60, chamado também de Terceira Revolução Industrial, tem efeitos nefastos sobre os trabalhadores e suas organizações.

Esta nova forma de produzir, ao mesmo tempo em que possibilita imensos ganhos de produtividade, do ponto de vista da subjetividade do trabalhador leva à queda da solidariedade, deixando as saídas individuais como única alternativa, especialmente face ao aumento

do desemprego. Neste sentido, a ideologia embutida nos programas de qualidade total, verdadeira coqueluche, por exemplo, em parcela significativa das empresas catarinenses, funciona como uma espécie de reeducação do trabalhador segundo o "evangelho do capital", na medida em que seus mecanismos levam a uma crescente identificação do trabalhador com a empresa.

A reestruturação da produção se desenvolve simultaneamente à globalização da economia, caracterizada não só pela organização empresarial em escala planetária, mas principalmente pela globalização financeira, em que trilhões de dólares vagabundeiam nos quatro cantos do mundo em busca de permanente e insaciável valorização. A globalização, uma espécie de nova religião em alguns meios, é também caracterizada pela desregulamentação da concorrência a nível internacional.

A lógica fundamental do processo de globalização e de desregulamentação, no entanto, é a obsessiva e ilimitada redução de custos, incluindo aí, obviamente, a redução de emprego e salário. Não havendo regulação nesta competição globalizada, ela não

tem fim. Porque sempre haverá uma empresa, em algum lugar do mundo, que procurará a qualquer custo vender mais barato. Seja utilizando trabalho escravo ou infantil, ou impondo jornadas de trabalho desumanas.

Os discursos que fazem a apologia da globalização interessam fundamentalmente aos países ricos e às grandes transnacionais, que são de fato quem está preparado para enfrentar a concorrência global e sem limites. É ingênua ou de má fé a idéia de que os países se inserem na economia global de forma equânime. Um dado revelador da desigualdade: o trabalhador tem em média, no Brasil, 3,9 anos de escolaridade, enquanto no mundo desenvolvido o segundo grau foi universalizado.

“Os discursos que fazem apologia da globalização interessam fundamentalmente aos países ricos e às grandes transnacionais”

O Brasil não atingiu nem mesmo a escolaridade média do Mercosul, onde o Chile e a Argentina tem 11 e 10 anos respectivamente.

O Governo Brasileiro atual vem dando continuidade ao processo de abertura da economia, iniciado de forma açodada, para dizer o mínimo, no Governo Collor. Este, promoveu uma rápida redução/eliminação de alíquotas de importação em meio a uma brutal recessão, levando o empresariado a uma espécie de reestruturação de caráter defensivo. O resultado tem sido uma inserção subordinada, que abre mão de mecanismos de controle e regulação, cujos efeitos estamos assistindo nos últimos meses: o país quebrado, pleiteando um empréstimo do FMI que certamente vai fragilizar ainda mais a nossa economia.

A abertura comercial está desempregando mais gente que a própria reestruturação produtiva. Setores inteiros da nossa economia, como têxtil e calçados, vêm sucumbindo à concorrência internacional num cenário macroeconômico extremamente adverso.

O agravamento do problema do desemprego decorre também do chamado "desmonte do Estado", levado a cabo a partir do credo neoliberal. As direções das empresas privatizadas, por exemplo, sem a menor cerimônia, vêm fazendo "ajustes" pela via das demissões. Pesquisa recente, desenvolvida pela Subseção do Dieese no sindicato dos Eletricitários de Florianópolis, verificou que praticamente a totalidade das empresas privatizadas no setor elétrico em todo o país reduziu significativamente o número de postos de trabalho.

A previsão no setor de telecomunicações, de recente privatização, é de que sejam demitidos 22 mil trabalhadores em 1999. A tendência de redução do emprego nestas empresas vem-se agravando a partir das medidas mais recentes do Governo no campo fiscal, que conduzem o país a uma inevitável recessão no ano que vem.

As medidas de redução do Estado, através da intitulada Reforma Administrativa, inclui ainda a diminuição dos salários reais dos funcionários públicos federais (sem reajuste há quatro anos) e as demissões, possibilitadas pelo fim da estabilidade.

Mas a principal causa do aumento do desemprego no Brasil dos dias de hoje é sem dúvida a política econômica vigente. O Plano Real foi extremamente vitorioso no controle da inflação brasileira. Utilizou mecanismos extremamente criativos para enfrentar uma inflação com grandes pe-

culiaridades, sobretudo a correção monetária, criação tupiniquim que transferiu o "jeitinho brasileiro" para as relações econômicas.

O Plano Real se alicerça num câmbio sobrevalorizado (que mantém nossa moeda forte em relação ao dólar), em taxas de juros estratosféricas e na crescente abertura às importações. A política cambial barateia as importações de bens finais e matérias primas, garantindo o abastecimento do mercado e aumentando a concorrência entre as empresas. Esta política é complementada pela liberdade de importar e exportar produtos, implementada através das permanentes reduções de alíquotas de importação. Ao mesmo tempo, as taxas de juros seguram um pouco o consumo (ao tornar vantajoso o investimento no mercado financeiro) e os investimentos (ao encarecer o capital de giro), tudo isto levando a um esfriamento da economia.

Esta política foi extremamente eficaz no controle da inflação. O Brasil, que protagonizou o processo inflacionário mais longo da história da humanidade, tem hoje uma taxa anual de inflação na casa dos 2%, índice este que chegou a ser o aumento diário de preços no auge do processo inflacionário.

Entretanto, este mesmo conjunto de medidas levou o Brasil a um crescimento medíocre do PIB (Produto Interno Bruto), cujo comportamento se reflete diretamente no crescimento do desemprego. Além disto, tem conduzido ao agravamento, em grau inusitado, de uma série de problemas. O déficit do setor público está hoje na casa dos 8% do PIB. Isto significa que União, Estados, Municípios e Estatais estão gastando por ano R\$ 72 bilhões a mais do que arrecadam. Este déficit está diretamente relacionado à taxa de juros; estes são os principais componentes do déficit e não o salário do funcionalismo ou o déficit da Previdência, como nos quer fazer crer o Governo Federal. Cada vez que o Governo aumenta a taxa de juros, está dando um tiro no próprio pé, pois a dívida aumenta em igual proporção.

O déficit em transações correntes é outro pepino homérico. As transações correntes incluem balança comercial (importações e exportações), juros da dívida externa, remessa de lucros, gastos com turismo. Em 1997 este déficit foi de R\$ 33,4 bilhões e, neste ano, superará os R\$ 40 bilhões em função da crise internacional.

Os dois déficits decorrem diretamente da política de juros e da sobrevalorização cambial. Mas a desgraça sempre vem acompanhada. A crise internacional provocou a mais espetacular fuga de reservas do país, US\$ 30 bilhões em dois meses (agosto e setembro), o que levou o governo a editar um pacote fiscal que retira mais salário e direito dos trabalhadores e não mexe no aspecto central, que é a política econômica vigente. O efeito mais forte do pacote será uma recessão que levará ao crescimento negativo do PIB em 1999, e a taxa de desemprego, hoje na casa dos 19%, chegará aos 25%, ou talvez mais, no primeiro semestre do ano.

Fica claro, por conseguinte, que o desemprego

não é algo inevitável, mas decorre de opções políticas concretas. Ele é fruto da desregulamentação internacional dos mercados, da política macroeconômica vigente no país e dos efeitos da globalização financeira sobre o investimento e o crescimento econômico.

“O desemprego não é algo inevitável, mas decorre de opções políticas concretas”

O aumento das taxas de desemprego tem levado a que se coloque a culpa do problema no trabalhador empregado. No próprio acordo que o Brasil fechou com o FMI estão previstas alterações no mercado de trabalho brasileiro, no sentido de sua flexibilização. A premissa é que o problema do desemprego no Brasil decorre de um excesso de leis que regulam a relação capital-trabalho, o que dificultaria a contratação por parte das empresas. Se esta tese já é controvertida para alguns países do mundo desenvolvido, para o caso do Brasil ela beira ao ridículo: temos um mercado de trabalho extremamente flexível, com alta rotatividade, grande informalidade e imensas facilidades para demitir, como comprovam as estatísticas.

O propalado discurso do “custo Brasil” atribui também o aumento do desemprego e a baixa competitividade dos nossos produtos ao peso dos encargos sociais. Este argumento fica insustentável quando se compara o custo da hora de trabalho no Brasil (US\$ 2,7), com o resto do mundo. Na Alemanha, por exemplo, a hora de trabalho custa US\$ 24,87 e no Japão US\$ 16,91. A baixa competitividade das exportações brasileiras decorre da taxa de câmbio e de fatores sistêmicos: infraestrutura inadequada (vias e portos); baixos investimentos em tecnologia; baixa qualificação da força de trabalho e ausência de política industrial.

Não é nossa intenção neste artigo passar qualquer tipo de receita para resolver o problema do desemprego, porque a solução deste não é meramente técnica mas *uma questão de vontade política*. Entretanto, vale a pena ressaltar que a saída passa por uma mudança na política econômica adotada. O desemprego é fruto inevitável das opções atuais. Além desta mudança de caráter geral, outras ações poderiam ser empreendidas:

- a) Redução da jornada de trabalho – Esta tem sido a principal bandeira dos trabalhadores a nível internacional, no referente a emprego. Em alguns países, como a França, isto já vem ocorrendo.
- b) Controle das horas-extras – Aumentou muito o seu número no Brasil nos últimos anos. Sua redução abriria oportunidades de novas vagas.
- c) Adoção de Políticas Ativas de Emprego - Se o mercado não gera mais emprego, cabe aos governos exercerem políticas que estimulem a geração do mesmo.
- d) Investimentos em Educação e Requalificação/treinamento
- e) Enfoque na renda e não mais no emprego – por exemplo, imposto de renda negativo e políticas compensatórias.
- f) Investimentos públicos que gerem emprego rapidamente, como construção civil, turismo e serviços em geral.
- g) Desenvolver políticas específicas para o setor informal
- h) Exercer políticas que promovam a distribuição de renda
- i) Adotar e estimular tecnologias alternativas que mantenham os empregos.

* Economista e Supervisor-Técnico do Escritório Regional do DIEESE em Santa Catarina.

Oração da CF-99

Senhor nosso Pai,
Deus de todos os povos,
Criador de todas as coisas,
Deus trabalhador,

dai-nos um coração compassivo e operoso
como o do Bom Samaritano,
solidário com os desempregados,
persistente na busca de novas alternativas de trabalho
para garantir vida digna e esperança para todos;
um coração comprometido com uma nova sociedade
de justiça e de paz.

Ó Pai, nós pedimos,
pela força do vosso Santo Espírito,
que sejamos construtores do Reino,
a caminho de um Novo Milênio sem exclusão social.

Por vosso Filho, Jesus Cristo Trabalhador,
Denunciador da idolatria do dinheiro e do poder,
Profeta da caridade e da vida em abundância para todos.
Amém.